

RELATÓRIO DE MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

SEGUNDO SEMESTRE 2021

ÍNDICE

Item	Página
1. INTRODUÇÃO.....	4
1.1. OBJETIVO.....	4
1.2. METODOLOGIA.....	4
1.3. FATOS RELEVANTES.....	4
2. INVESTIMENTOS.....	7
2.1. GESTÃO DOS RECURSOS.....	7
2.1.1. Distribuição dos Recursos Administrados pela Entidade.....	7
2.1.2. Distribuição dos Recursos de Investimentos.....	8
2.2. ENQUADRAMENTO E GESTÃO DE RISCOS DE INVESTIMENTOS.....	10
2.2.1. Alocação e Concentração.....	12
2.2.2. Risco de Mercado.....	14
2.2.3. Risco de Crédito.....	15
2.2.4. Rentabilidade.....	18
2.2.5. Rentabilidade das cotas por gestor dos fundos condominiais.....	18
2.2.6. Rentabilidade das cotas por gestor dos fundos exclusivos.....	19
2.2.7. Rentabilidade das cotas por perfil e por plano.....	19
2.3. CONCLUSÃO E MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL.....	20
3. ATUARIAL.....	22
3.1. PATRIMÔNIO SOCIAL.....	22
3.1.1. Evolução do Patrimônio Social.....	22
3.1.2. Evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano.....	23
3.1.3. Solvência.....	23
3.2. AVALIAÇÃO ATUARIAL.....	24
3.3. CONCLUSÃO E MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL.....	24
4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	26
4.1. ANÁLISE DOS RESULTADOS ORÇADOS VERSUS REALIZADOS.....	26
4.1.1. Gestão Previdencial.....	26
4.1.2. Gestão Administrativa.....	26
4.2. INDICADORES DE GESTÃO.....	27
4.3. CONCLUSÃO E MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL.....	28
5. GESTÃO DA ENTIDADE.....	29
5.1. ESTRUTURA DA ENTIDADE.....	29
5.2. CERTIFICAÇÕES.....	29
5.2.1. Qualificação.....	31

5.3.	AMBIENTE DE CONTROLE.....	32
5.4.	AVALIAÇÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	33
5.5.	COMPLIANCE.....	36
5.6.	CONCLUSÃO E MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL	36
6.	RESUMO DAS MANIFESTAÇÕES DO CONSELHO FISCAL	37
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
8.	DOCUMENTOS ANALISADOS.....	40

DocuSigned by: Daniel Meira 028CD6E32FEE4AD...
DocuSigned by: Camilla Becker E2CCEB7278284C3...
DocuSigned by: Honório Ryozo Yano CFF394C4011E441...

1. INTRODUÇÃO

1.1. OBJETIVO

O principal objetivo do Conselho Fiscal da **Value Prev Sociedade Previdenciária**, doravante denominada Entidade, na elaboração do presente Relatório é apresentar os resultados dos exames efetuados, incluindo a aderência da gestão dos recursos dos planos administrados pela Entidade às normas em vigor e às políticas de investimentos, a aderência das hipóteses atuariais e a execução orçamentária no segundo semestre de 2021, em observância às disposições legais, em especial o art. 19º da Resolução CGPC nº 13, de 1/10/2004.

1.2. METODOLOGIA

Para realização dos exames e elaboração do presente relatório foi adotada a seguinte metodologia: (a) reuniões; (b) análise de documentos, (c) obtenção de informações com os colaboradores e dirigentes da Entidade, e (d) observância das normas vigentes.

1.3. FATOS RELEVANTES

a) **Aprovação prestador de serviço de consultoria técnica e atuarial**

Em julho de 2021 o Conselho Deliberativo aprovou a contratação do prestador de serviço Mirador Assessoria Atuarial para prestação de serviços de consultoria técnica e atuarial com a finalidade de promover a revisão de benefícios e institutos relativo ao período compreendido entre fevereiro de 2018 e dezembro de 2020.

b) **Novo Fundo de Investimentos**

Seguindo as principais práticas de governança relacionados à gestão dos recursos administrados pela Entidade, e em linha com a Política de Investimentos e o Manual de Investimentos, foi aprovado em julho de 2021, o fundo de investimentos MOAT CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTOS EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES, sendo que o seu primeiro aporte ocorreu em setembro.

c) **Indicação das funções de cada membro da Diretoria Executiva**

Visando a constante melhoria da gestão da Entidade foi aprovado pelo Conselho Deliberativo, em outubro de 2021, a função que cada membro da Diretoria Executiva exerce neste colegiado.

d) **Manual de Investimentos**

Em novembro de 2021 o Conselho Deliberativo aprovou, de forma unânime, o novo texto proposto ao Manual de Investimentos da Entidade.

e) Comitê de Investimentos

No dia 17 de novembro de 2021 ocorreu a primeira reunião do Comitê de Investimentos da Entidade. O Comitê de Investimentos é um órgão colegiado, não estatutário, e foi instituído para assessorar a Diretoria, o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal, nas questões que lhe forem submetidas.

f) Selo de Autorregulação em Governança de Investimentos

Visando o fortalecimento da governança e buscando as melhores práticas de mercado a Entidade em 2018 aderiu ao Código de Autorregulação em Governança de Investimentos, concedida pela Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP). Sendo concedido a Entidade o Selo de Autorregulação em Governança de Investimentos em 08 de dezembro de 2021, certificando que os parâmetros norteadores de governança de investimentos foram verificados e estão em conformidade com os requisitos do Código.

g) Distribuição do Superávit

Após realizar a consulta e esclarecimentos de dúvidas com a PREVIC e sobre a distribuição do superávit a Entidade iniciou o processo de alteração do regulamento do Plano de Benefícios HP com previsão de protocolar na PREVIC até final do primeiro semestre de 2022.

h) Projeto LGPD

Dando continuidade ao projeto de implementação e adequação dos controles e processos, para atender às exigências da LGPD, a Entidade seguiu trabalhando e durante o segundo semestre manteve o foco na 2ª fase do projeto (Planejamento, Implantação das recomendações, Mapeamento de dados, Revisão de contratos e demais instrumentos formais), avançando para a 3ª fase com previsão de término no primeiro semestre de 2022.

i) Instrução Normativa PREVIC nº 34 de 28/10/2020 – Prevenção da utilização do regime para a prática dos crimes de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo

A Entidade segue atenta às novas regulamentações e tem trabalhado na adequação e desenvolvimento de novos controles, para atender às exigências da IN PREVIC nº 34/2020. Em junho de 2021 fez a contratação de serviços de consultoria e auditoria da empresa Mirador. O projeto para implementação das exigências da referida Instrução foi dividido em três fases e sua finalização está prevista para junho de 2022.

Durante o segundo semestre de 2021 concluiu a 1ª fase do projeto (elaboração e aprovação da Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo).

j) Resolução CNPC nº 48 de 08/12/2021 – Dispõe sobre regras relativas às despesas das EFPC, revogando a Resolução CGPC nº 29/2009

Ao final do ano de 2021, foi publicada a Resolução CNPC nº 48, de 8 de dezembro de 2021, que dispõe sobre regras relativas às despesas administrativas das entidades fechadas de previdência complementar – EFPC, que entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, revogando a Resolução CGPC nº 29/2009 e trazendo alterações que impõe algumas ações às EFPC. Todas as adequações para atender as exigências da nova Resolução serão realizadas no decorrer do ano 2022, visto que a Resolução foi publicada em dezembro com vigência a partir de janeiro. No Relatório Anual de 2021 a Entidade já publicou as informações exigidas pela referida Resolução.

h) Assinatura de Atas

A Entidade passou por um período grande de adaptação em relação a forma de registro das atas em função da pandemia COVID (2020-2022). Dada a urgência no início da pandemia e falta de ferramenta como a que Entidade disponibiliza hoje (plataforma de assinatura digital *DocuSign*), foram registradas as atas com a assinatura do (a) Secretário (a) da reunião. A fim de manter este processo regular perante as autoridades (PREVIC), os advogados da Entidade aconselharam a obterem as assinaturas dos dirigentes nestas mesmas atas, ainda que de forma extemporânea. Portanto, serão enviadas até o 1º sem 2022 as atas assinadas pelo (a) Secretário (a) de forma digitalizada, com espaço para as assinaturas dos membros presentes nas reuniões e um inventário completo das mesmas.

2. INVESTIMENTOS

2.1. GESTÃO DOS RECURSOS

A Resolução CMN nº 4.661/2018, de 25 de maio de 2018, estabelece que a EFPC na aplicação de seu recurso deve: observar os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, adequação à natureza de suas obrigações e transparência; exercer suas atividades com boa fé, lealdade e diligência; zelar por elevados padrões éticos e executar com diligência a seleção, o acompanhamento e a avaliação de prestadores de serviços relacionados à gestão de ativos.

Além de adotar práticas que garantam o cumprimento do seu dever fiduciário em relação aos participantes dos planos de benefícios, considerando, inclusive, as políticas de investimento estabelecidas, observadas as modalidades, segmentos, limites e demais critérios e requisitos estabelecidos no referido normativo, a aplicação dos recursos deve observar a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades, as necessidades de liquidez e os fluxos de pagamentos dos ativos.

2.1.1. Distribuição dos Recursos Administrados pela Entidade

De acordo com a Resolução CMN nº 4.661/2018 e demais normativos, os recursos garantidores citados nesta mesma resolução se referem às aplicações dos recursos das reservas técnicas, provisões e fundos dos planos administrados, representados pelo total dos investimentos somado com o disponível menos suas exigibilidades, que já estão comprometidas com as exigências relacionadas ao disponível e ao investimento (operacional e contingencial, itens do balancete 2.1.3 e 2.2.3).

Ao final do segundo semestre de 2021 a Entidade administrava cerca de R\$ 1.428 milhões distribuídos entre os **Planos de Benefícios HP, DXC e +Valor** e **Plano de Gestão Administrativa - PGA**. Quando comparado com a posição do semestre anterior percebemos uma redução de 1% o equivalente a aproximadamente R\$ 18 milhões.

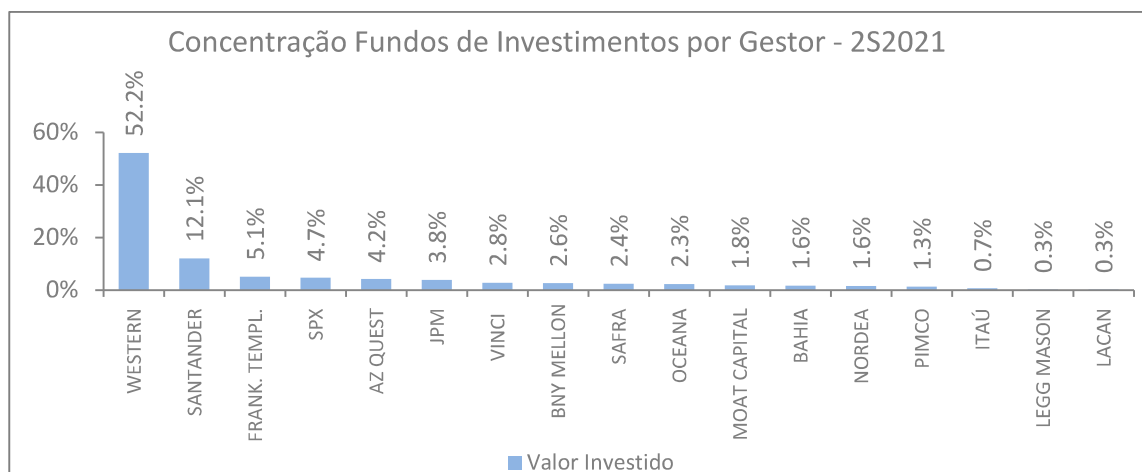
RECURSOS GARANTIDORES - VALUE PREV						
Recurso	Posição 1S2021		Posição 2S2021		Variação	
	R\$	%	R\$	%		
Plano de Aposentadoria - HP	1.093.639.630	75,65%	1.065.974.074	74,66%	-3%	
Plano de Aposentadoria - DXC	279.894.238	19,36%	273.805.192	19,18%	-2%	
Plano de Aposentadoria - +VALOR	68.581.839	4,74%	84.749.960	5,94%	24%	
Plano de Gestão Administrativa - PGA	3.494.152	0,24%	3.418.918	0,24%	-2%	
Investimentos	1.445.609.860	-	1.427.948.144	-	-1%	
Disponível	358.100	0,02%	257.275	0,02%	-28%	
Exigível Operacional	(376.723)	-0,03%	(513.092)	-0,04%	36%	
Recursos Garantidores	1.445.591.237	100%	1.427.692.328	100%	-1%	

Fonte: Balancete Consolidado - 06.2021 e 12.2021 - Value Prev

2.1.2. Distribuição dos Recursos de Investimentos

A gestão dos recursos dos Plano de Benefícios HP, DXC e +Valor é realizada por gestores terceirizados, por meio de fundos de investimentos (exclusivos e condominiais), de acordo com a Política de Investimentos, mandatos e orientações do estudo ALM - *Asset Liability Management* ou *Cash Flow Matching*, utilizado para atender à parcela de renda vitalícia do plano de benefícios, com apoio do administrador fiduciário e da consultoria de investimentos para monitoramento e acompanhamento das carteiras, além de demais situações definidas na Política de Investimentos e Manual de Investimentos realizadas pela Diretoria Executiva com deliberação do Conselho Deliberativo.

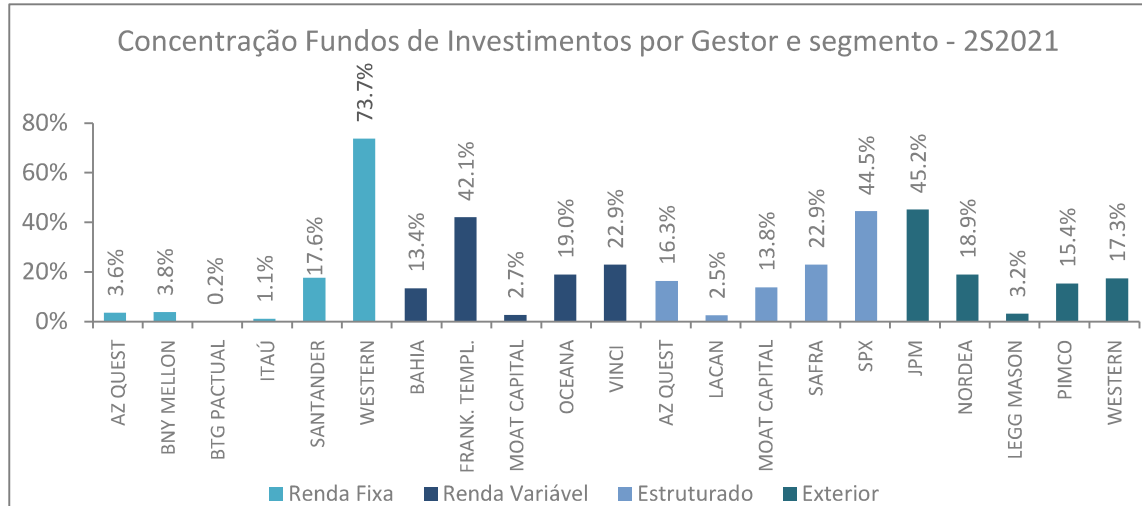
Ao final do segundo semestre de 2021 os recursos de investimentos, na posição consolidada, eram administrados por dezesseis gestores e uma carteira administrada. Sendo que o gestor Western Asset concentrava cerca de 52,2% do total dos recursos investidos seguido do Santander com 12,1%.



Fonte: Administrador Fiduciário BNY Mellon DTVM - Relatório Carteira Diária de 12.2021

Segundo a Entidade a concentração dos recursos no gestor Western Asset se dá devido a elevada alocação em títulos de renda fixa, pelos planos de benefícios, e este ser considerado um dos melhores gestores do mercado nesse tipo de ativo o que traz bons resultados aos planos em relação aos seus *benchmarks*.

Quando analisamos a distribuição dos recursos de investimentos por gestor e segmento podemos constatar que no segmento de renda fixa o gestor com a concentração dos recursos, aproximadamente 73,7%, é a Western, como já comentado anteriormente. No segmento de renda variável o gestor Frank. Templ. detém cerca de 42,1% dos recursos investidos, no segmento estruturado a maior parte dos recursos é administrado pelo gestor SPX, cerca de 44,5%, e no segmento exterior a maior parte dos recursos, cerca de 45,2%, está sob gestão da BB-JPM.



Fonte: Administrador Fiduciário BNY Mellon DTVM - Relatório Carteira Diária de 12.2021

Ainda com foco na distribuição dos recursos investidos da Entidade, podemos constatar que ao final do segundo semestre de 2021 os recursos de investimentos, na posição consolidada, estavam distribuídos entre vinte fundos de investimentos e uma carteira administrada, distribuídos entre os segmentos e gestores demonstrados anteriormente.

Dos vinte fundos de investimentos um deles (Moat Capital FIC FIA) recebeu seu primeiro aporte durante o segundo semestre.

RECURSOS DE INVESTIMENTOS - VALUE PREV						
Recurso	Consolidado		Consolidado		Variação	Gestor
	Posição 1S2021		Posição 2S2021			
	R\$	%	R\$	%	%	
Títulos Públicos	35.107.776	2,4%	37.256.508	2,6%	6%	BNY MELLON
Fundos de Investimentos	1.410.502.084	97,6%	1.390.691.636	97,4%	-1%	-
Renda Fixa	990.405.485	68,5%	944.498.882	66,2%	-5%	-
FI MULTIMERCADO VALUE PREV CMA I	250.054.221	17,3%	172.660.064	12,1%	-31%	SANTANDER
FI RF CRÉDITO PRIVADO VALUE PREV CMA III	601.468.293	41,6%	622.184.361	43,6%	3%	WESTERN
FI RF CRÉDITO PRIVADO VALUE PREV SC III	117.816.876	8,2%	100.545.436	7,0%	-15%	WESTERN
AZ QUEST LUCE FI EM COTAS DE FI RF CP LP	13.561.161	0,9%	35.035.874	2,5%	158%	AZ QUEST
BTG PACTUAL INFRA-B FI EM INFRAESTRUTURA RF	3.741.653	0,3%	2.386.377	0,2%	-36%	BTG PACTUAL
ITAÚ SOBERANO RF	2.742.543	0,2%	10.653.451	0,7%	288%	ITAÚ
WESTERN ASSET IMA-B5 RF	1.020.738	0,1%	1.033.318	0,1%	1%	WESTERN
Renda Variável	199.761.872	13,8%	173.981.450	12,2%	-13%	-
BAHIA AM SMID CAPS VALOR FI EM COTAS DE FIA	32.974.975	2,3%	23.337.866	1,6%	-29%	BAHIA
FIA VALUE PREV IBRX ATIVO	54.961.458	3,8%	73.172.124	5,1%	33%	FRANK. TEMPL.
VINCI SELECTION EQUITIES FIA	47.939.804	3,3%	39.806.058	2,8%	-17%	VINCI
ITAÚ PRIVATE AÇÕES INDEX IBOV. FI EM COTAS DE FI	24.409.585	1,7%	-	0,0%	-100%	ITAÚ
OCEANA VALOR 30 FI EM COTAS DE FIA	39.476.050	2,7%	32.983.769	2,3%	-16%	OCEANA
MOAT CAPITAL FIC FIA	-	0,0%	4.681.633	0,3%	100%	MOAT CAPITAL
Estruturado	114.979.696	8,0%	151.302.645	10,6%	32%	-
SPX NIMITZ ESTRUTURADO FI EM COTAS DE FIM	50.065.871	3,5%	67.281.153	4,7%	34%	SPX
SAFRA GALILEO INSTITUCIONAL FI EM COTAS DE FIM	28.972.607	2,0%	34.659.094	2,4%	20%	SAFRA
LACAN FLORESTAL III FEEDER FI EM PARTIC. MULTIST.	3.927.366	0,3%	3.851.740	0,3%	-2%	LACAN
AZ QUEST MULTI MAX FI EM COTAS DE FIM	19.519.885	1,4%	24.700.613	1,7%	27%	AZ QUEST
MOAT CAPITAL EQUITY HEDGE FI FIM	12.493.966	0,0%	20.810.044	1,5%	100%	MOAT CAPITAL
Exterior	105.355.031	7,3%	120.908.659	8,5%	15%	-
BB MULT. GLOBAL SELECT EQUITY IEX FI - JP	44.946.759	3,1%	54.611.524	3,8%	22%	JPM
BB MULT. NORDEA IEX FI	19.586.553	1,4%	22.886.084	1,6%	17%	NORDEA
LEGG MASON RARE INFRASTRUCTURE VALUE FIA IEX	3.131.148	0,2%	3.856.739	0,3%	23%	LEGG MASON
PIMCO INCOME FIM IEX	17.457.026	1,2%	18.577.786	1,3%	6%	PIMCO
WESTERN ASSET MACRO OPPORTUNITIES FIM IEX	20.233.546	1,4%	20.976.526	1,5%	4%	WESTERN
Depósitos Judiciais / Recursais	-	0,0%	-	0,0%	0%	-
Investimentos	1.445.609.860	-	1.427.948.144	-	-1%	-

Fonte: Administrador Fiduciário BNY Mellon DTVM - Relatório Carteira Diária de 12.2021

Analisando as variações das alocações dos fundos de investimentos, com foco nos percentuais, percebemos que os fundos que tiveram as maiores variações, em relação ao semestre anterior foram AZ QUEST LUCE FI EM COTAS DE FI RF CP LP com aumento de 158%, ITAÚ SOBERANO RF, com aumento de 288%, e o fundo ITAÚ PRIVATE AÇÕES INDEX IBOV. FI EM COTAS DE FI, com diminuição de 100%. As variações de alocações entre os fundos de investimentos está dentro da esperada e faz parte das estratégias de investimentos da Entidade.

2.2. ENQUADRAMENTO E GESTÃO DE RISCOS DE INVESTIMENTOS

De acordo com a Resolução CMN nº 4.661/2018 a EFPC deve adotar regras, procedimentos e controles internos que garantam a observância dos limites, requisitos e

demais disposições estabelecidas no referido normativo, considerando o porte, a complexidade, a modalidade e a forma de gestão de cada plano por ela administrado.

Além disso, deve definir a Política de Investimento para a alocação dos recursos de cada plano de benefício por ela administrado e cada uma deve conter definições como: a alocação de recursos; os limites por segmento de aplicação; os limites por modalidade de investimento; os limites por emissor; a utilização de instrumentos derivativos. Assim como, os procedimentos e critérios para a avaliação e acompanhamento dos riscos de investimentos.

Para atender aos requisitos de enquadramento da Resolução CMN nº 4.661/2018, demais legislações e Políticas de Investimentos, a Entidade conta com o serviço de administração fiduciária e custódia centralizada. Uma de suas funções é impedir a aplicação de fundos exclusivos em ativos não autorizados pela legislação, pelo regulamento do fundo e pelas Políticas de Investimentos, ou que levem a extrapolação de qualquer dos limites descritos nestes documentos.

A Entidade monitora estas aplicações por meio de relatórios fornecidos pelo Administrador Fiduciário e é alertada sempre que ocorrer qualquer desenquadramento. Procura-se evitar desenquadramentos e avaliar as razões sempre que possam ocorrer para que seja determinado um plano de ação.

As Políticas de Investimentos vigentes no ano de 2021 estavam adequadas aos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.661/2018.

Contudo, durante as análises encontramos a seguinte situação nas Políticas de Investimentos dos planos de benefícios HP e DXC: nas duas Políticas na tabela do item 7.4 - Perfil Agressivo, subitem 7.4.1 Alocação por Segmento, está definido o limite de 13% para o segmento de investimentos no exterior, porém o limite máximo permitido pela legislação, para este segmento, é de 10%.

Segundo a Entidade, essa situação trata-se de um erro de digitação no momento da elaboração da tabela, haja vista, que o limite utilizado nos seus relatórios gerenciais, é o permitido pela legislação, ou seja, 10%. Além disso, em nenhum dos meses, do segundo semestre, o limite de 10% para o segmento de investimentos no exterior foi ultrapassado.

A seguir estão demonstrados o resumo dos enquadramentos e acompanhamento dos riscos da carteira de investimentos da Entidade, na posição de dezembro de 2021.

2.2.1. Alocação e Concentração

As alocações dos recursos são direcionadas de acordo com a Política de Investimentos, elaborada levando em consideração a modalidade do plano, seu grau de maturação, suas especificidades e as características de suas obrigações, bem como o cenário macroeconômico.

Os limites de alocação e concentração foram apurados e acompanhados por meio dos relatórios fornecidos, mensalmente, pelo Administrador Fiduciário BNY Mellon DTVM. O quadro abaixo demonstra os limites de alocação e concentração, para visualização da conformidade com os limites legais e Políticas de Investimentos.

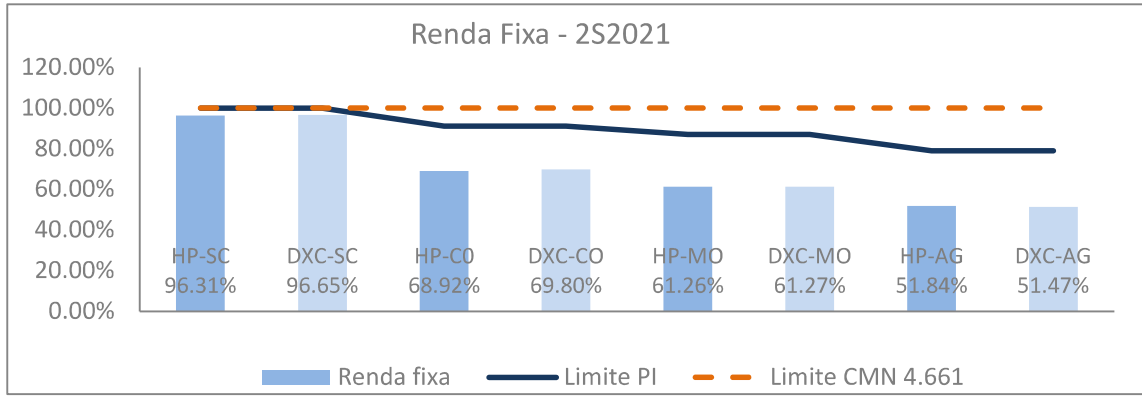
Sendo assim, ao final do semestre os recursos garantidores da Entidade estavam distribuídos entre os segmentos de renda fixa, renda variável, estruturado e exterior de acordo com as classificações da Resolução CMN nº 4.661/2018.

ALOCAÇÃO E CONCENTRAÇÃO - POR SEGMENTO – PLANOS				
Segmento de Aplicação	Lim. Legal	HP	DXC	+Valor
		Posição 2S2021 %	Posição 2S2021 %	Posição 2S2021 %
Renda fixa	100%	69,42%	65,84%	69,62%
Renda variável	70%	11,84%	13,72%	10,94%
Estruturado	20%	10,37%	11,41%	11,24%
Exterior	10%	8,38%	9,02%	8,19%
Imobiliário	20%	0,00%	0,00%	0,00%
Operações com Participantes	15%	0,00%	0,00%	0,00%

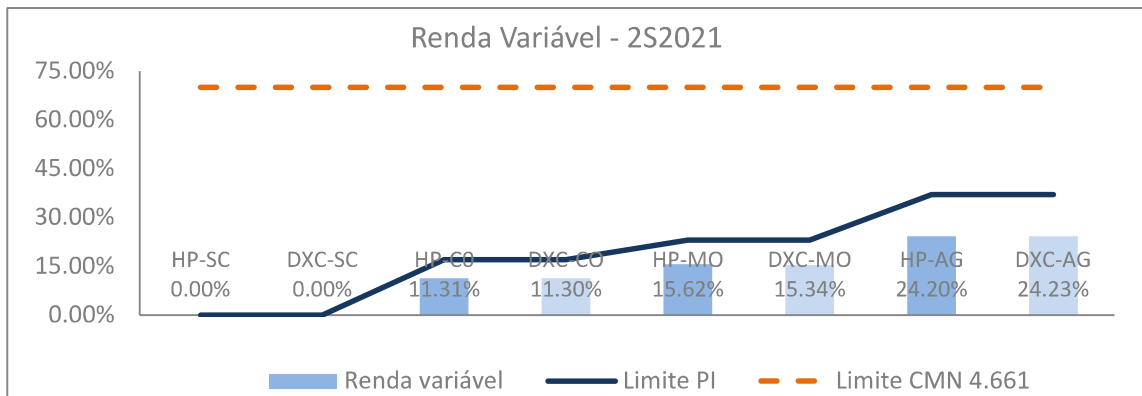
Fonte: Administrador Fiduciário BNY Mellon DTVM - Relatório Enquadramento de 12.2021

Analisando os relatórios mensais de enquadramento, consolidados por plano, fornecido pelo Administrador Fiduciário BNY Mellon DTVM, constatamos que não houve desenquadramentos em relação aos limites de alocação e concentração por segmento ou por veículo de investimento, assim como por emissor e derivativo - Art.21 a 28 e Art. 30 da Resolução CMN nº 4.661/2018. Além disso, foram analisados os códigos ISIN dos títulos e valores mobiliários, conforme Art. 18 da Resolução CMN nº 4.661 e as vedações previstas Art. 36 do mesmo normativo. Nos limites específicos estabelecidos na Política de Investimentos houve desenquadramentos em relação aos limites de créditos, no plano HP e no PGA, e estes serão acompanhados no item 2.2.3 deste relatório.

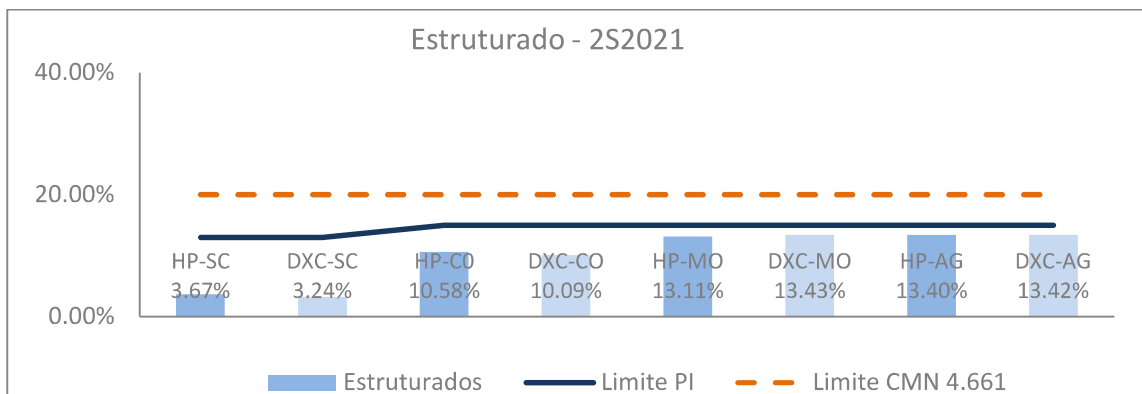
Além disso, são acompanhados os enquadramentos por perfil de investimentos e ao final do semestre, na posição de dezembro, se apresentavam de acordo com os gráficos a seguir:



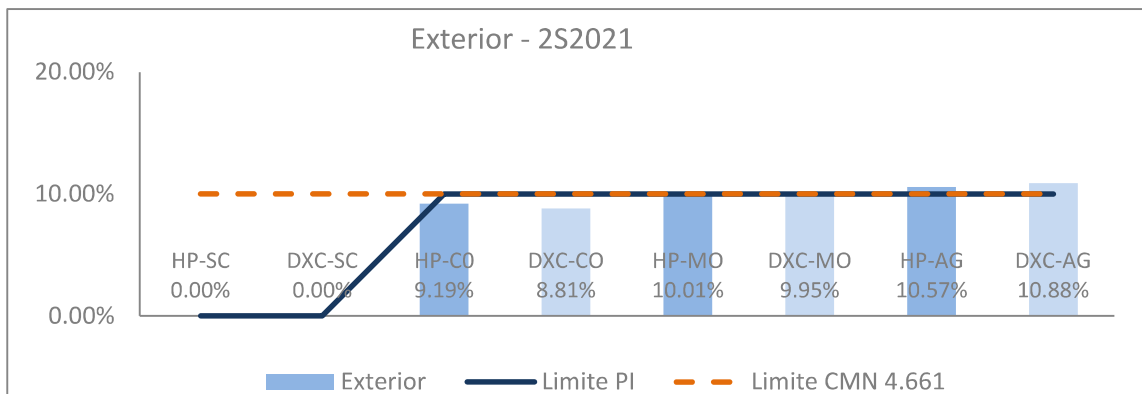
Fonte: Administrador Fiduciário BNY Mellon DTVM - Relatório Enquadramento de 12.2021



Fonte: Administrador Fiduciário BNY Mellon DTVM - Relatório Enquadramento de 12.2021



Fonte: Administrador Fiduciário BNY Mellon DTVM - Relatório Enquadramento de 12.2021



Fonte: Administrador Fiduciário BNY Mellon DTVM - Relatório Enquadramento de 12.2021

Durante o segundo semestre de 2021, não foram identificados desenquadramentos nos perfis Super Conservador e Conservador em nenhum dos segmentos e planos. Os perfis Moderado e Agressivo apresentaram desenquadramento passivo no segmento Exterior dos planos HP e DXC, ambos, muito em função dos fundos sem *hedge* cambial.

2.2.2. Risco de Mercado

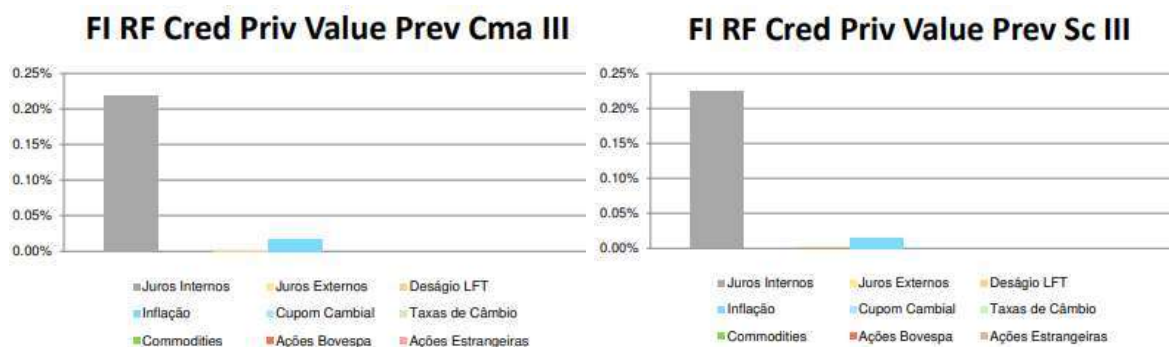
De acordo com o acompanhamento de risco de mercado realizado mensalmente pelo administrador fiduciário BNY Mellon DTVM e conforme os limites definidos na Política de Investimentos, não houve desenquadramento durante o segundo semestre de 2021.

O Fundo de Investimento em Ações Value Prev IBRX Ativo é um fundo de ações cujo fator de risco é IBrX - 100 com risco abaixo de 2,5%, em dezembro de 2021 e risco apurado por tracking error de 0,29% valor este abaixo do limite de 8% da Política de Investimentos.



Fonte: Relatório Mensal // Risco // Performance - 12.2021 - BNY MELLON

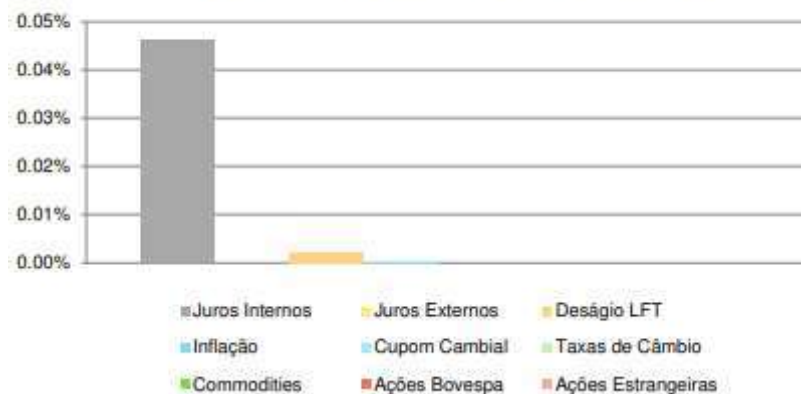
Os fundos FI Renda Fixa Crédito Privado Value Prev CMA III e FI Renda Fixa Crédito Privado Value Prev SC III são fundos com riscos abaixo de 0,25% em dezembro de 2021.



Fonte: Relatório Mensal // Risco // Performance - 12.2021 - BNY MELLON

O fundo F.I. Multimercado Crédito Privado Value Prev CMA I é um fundo com risco pouco acima de 0,04% em dezembro de 2021.

FI Mult Value Prev Cma I



Fonte: Relatório Mensal // Risco // Performance - 12.2021- BNY MELLON

2.2.3. Risco de Crédito

O controle do risco de crédito se baseará nas classificações de *rating* proferidas pelas agências de *rating* autorizadas a funcionar no Brasil, conforme classificação abaixo, na data da respectiva aquisição. Caso mais de uma agência classifique o mesmo ativo ou emissor, deverá ser considerado o *rating* mais conservador.

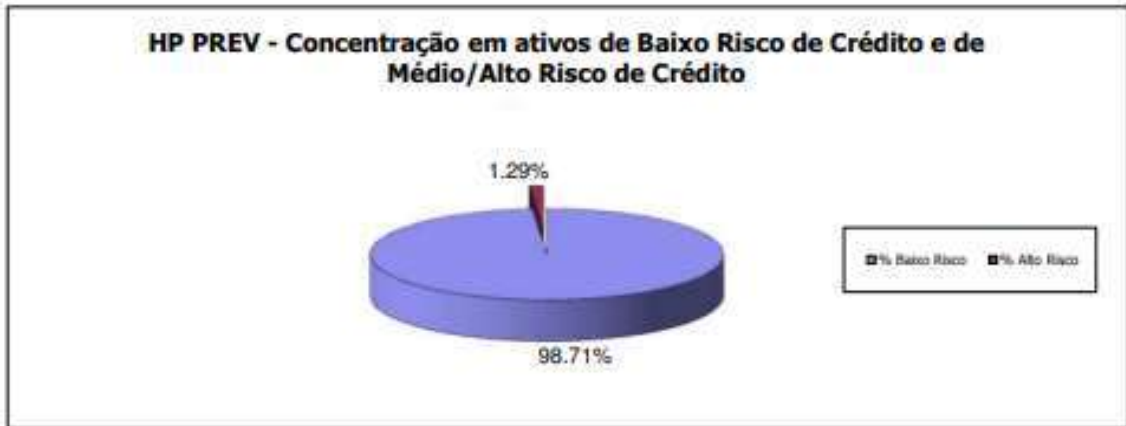
Nível de Risco Considerado	Rating
Baixo	De AAA a AA-
Médio	De A+ a BBB-
Alto	De BBB- ao mínimo

Fonte: Pis Planos de Benefícios 2021 - Value Prev

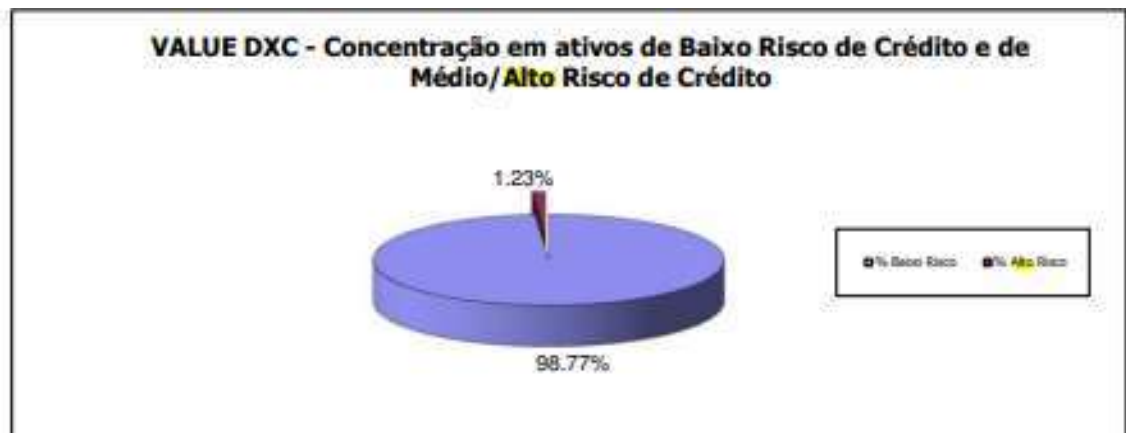
A alocação em títulos com risco de crédito é monitorada com base nos seguintes limites:

- Fundos Exclusivos: só é permitido aplicar em ativos privados considerados de baixo ou médio risco de crédito e cuja classificação de risco seja realizada por uma das seguintes agências: Standard&Poor's, Fitch Ratings, Moody's e SR Rating.
- Fundos Condominiais: dado que esses fundos não possuem restrições de agências determinadas em seu Regulamento, não há restrição por classificação de *rating* dos ativos em carteira. No entanto, a Entidade observará os tipos de ativos investidos e as qualificações julgadas necessárias da empresa gestora antes do investimento.

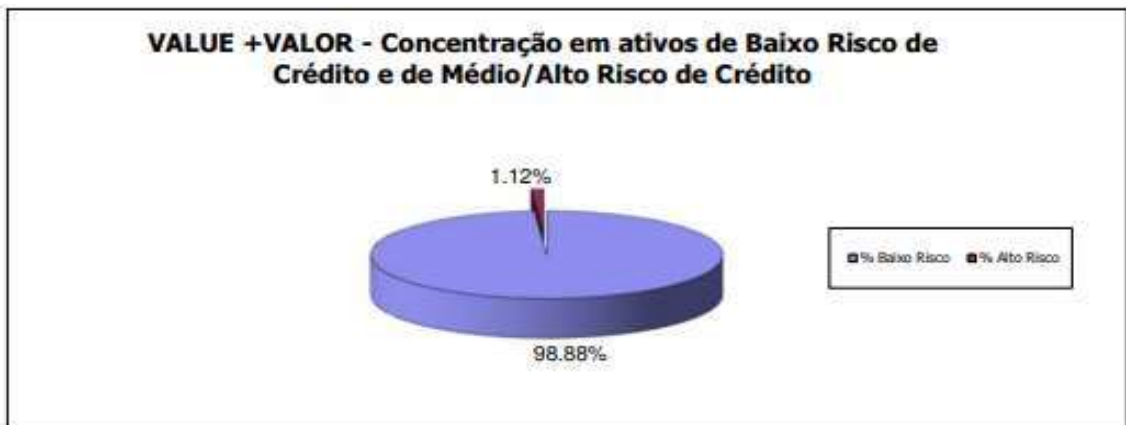
Ao final do segundo semestre de 2021 a Entidade estava com 1,29%, 1,23% e 1,12% de concentração em ativos de alto risco de crédito, nos planos de benefícios HP, DXC e + Valor, respectivamente.



Fonte: Relatório de Enquadramento por Rating HP PREV - 12.2021- BNY MELLON



Fonte: Relatório de Enquadramento por Rating DXC - 12.2021- BNY MELLON



Fonte: Relatório de Enquadramento por Rating +Valor - 12.2021- BNY MELLON

Os ativos que ficaram classificados como alto risco de crédito, segundo o relatório de Enquadramento por *Rating*, por plano, emitido pela BNY Mellon em 12/2021, foram International Meal e Malha Paulista S/A, este último adquirido em outubro de 2021.

Na ocasião da aquisição do ativo International Meal ele estava classificado como de baixo risco, tendo o rebaixamento ocorrido posteriormente. Por decisão da Entidade e conforme previsto nas Políticas de Investimentos e na Resolução CMN nº 4.661/2018, em que pese que os desenquadramentos passivos devem ser regularizados dentro do prazo de 2 (dois)

anos, os ativos permanecerão nas carteiras dos fundos até o vencimento dos mesmos não caracterizando desenquadramento ativo.

Com relação ao ativo Malha Paulista S/A, adquirido em 22/10/21 pelo fundo HP CRED PRV III, o mesmo estava classificado como alto risco de crédito, no relatório Enquadramento por *Rating*, emitido pelo BNY Mellon, e segundo a Política de Investimentos, para os fundos exclusivos, só é permitido aplicar em ativos privados considerados de baixo ou médio risco de crédito. Contudo, o mesmo ativo no relatório de Monitoramento de Risco de Crédito, emitido pela PPS em 12/2021, apresentava-se como grau de investimento, estando assim enquadrado ao estabelecido pela Política de Investimentos. A divergência entre os relatórios do administrador e consultoria se deu devido a um equívoco na classificação do ativo por parte do administrador.

Além desses ativos, os fundos HP CRED PRV III e HP FIRF CP III, encerraram o semestre, segundo o relatório emitido pelo BNY Mellon, com três FIDCS - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, considerados como alto risco de crédito, pois não possuem nota de *rating*, são eles: FIDC STONE IV SEN1, DRIVER BRA FIVE e FIDC CRED AUT VI.

Nota-se, no relatório de Enquadramento de 12/2021, que os três fundos não apresentavam código ISIN o que impossibilita a atribuição de uma nota de *rating* por uma agência classificadora, portanto passam a ser considerados como grau especulativo ou alto risco de crédito, porém, segundo a Entidade a partir de janeiro de 2022 já apresentavam nota de *rating*, atribuída por uma agência classificadora, e estão classificados como grau de investimento ou baixo risco de crédito.

Nos relatórios de Enquadramento por *Rating*, emitidos pelo BNY Mellon, foram apontados, também, desenquadramentos com relação ao risco de crédito, em fundos não exclusivos, no PGA, em todos os meses do segundo semestre nos valores, com 0,27%, 0,24%, 0,21%, 0,19%, 0,19% e 0,18%, respectivamente, situação ocasionada por conta da alocação nos ativos de alto risco de crédito pelo fundo de investimentos AZ Quest Luce Master.

Segundo a Política de Investimentos da Entidade, os fundos condominiais não possuem restrições de agências determinadas em seu Regulamento, não há restrição por classificação de *rating* dos ativos em carteira.

Além disso, segundo informações do gestor enviadas a Entidade o fundo AZ Quest Luce Master determina em seu regulamento que os investimentos em crédito privado, só poderão ser adquiridos se os emissores ou emissões forem classificados como baixo risco de crédito e nesse caso, como usualmente ocorre no mercado de crédito, algumas

emissões não possuem *rating*, mas são respaldadas pelo *rating* de seu emissor, enquadrando-as como baixo risco de crédito.

2.2.4. Rentabilidade

A partir dos relatórios produzidos pelo administrador fiduciário BNY Mellon, podemos verificar a rentabilidade líquida da cota dos fundos exclusivos e dos fundos condominiais por gestor contratado, além das rentabilidades apuradas por perfil de investimento.

2.2.5. Rentabilidade das cotas por gestor dos fundos condominiais

FUNDO	LEGG MASON	SAFRA GALILEO	AZ QUEST LUCE	AZ QUEST MULTI	MOAT CAPITAL	WA OPPORT.	SPX NIMITZ	ITAÚ SOBERANO	PIMCO	CDI
1S2021	↑ 6,61%	↓ 0,75%	↑ 2,75%	↑ 1,76%	↑ 3,49%	↓ -1,07%	↑ 7,05%	↓ 1,16%	↑ 2,60%	1,28%
jul/21	2,39%	-2,15%	0,54%	-2,05%	-2,38%	0,76%	-2,91%	0,38%	0,63%	0,36%
ago/21	2,80%	-0,37%	0,60%	-0,32%	-0,03%	1,82%	0,29%	0,42%	0,70%	0,42%
set/21	-1,96%	0,02%	0,61%	-2,61%	3,72%	-0,66%	3,42%	0,45%	0,38%	0,44%
out/21	6,20%	-1,45%	0,61%	-1,38%	-1,97%	0,07%	1,70%	0,50%	0,09%	0,48%
nov/21	-1,77%	-0,93%	0,66%	0,08%	3,13%	-1,16%	0,11%	0,59%	0,28%	0,59%
dez/21	6,93%	0,48%	0,77%	1,36%	3,47%	2,70%	1,78%	0,76%	1,84%	0,76%
2S2021	↑ 15,11%	↓ -4,34%	↑ 3,85%	↓ -4,87%	↑ 5,88%	↑ 3,53%	↑ 4,35%	↑ 3,14%	↑ 3,97%	3,09%
2021	↑ 22,72%	↓ -3,63%	↑ 6,71%	↓ -3,20%	↑ 9,58%	↓ 2,41%	↑ 11,71%	↓ 4,33%	↑ 6,68%	4,40%

Fonte: Quantum

FUNDO	WESTERN ASSET IMA-B5 ATIVO	IMA-B5	OCEANA	IBRX-100	BAHIA	SMLL	BB NORDEA	MSCI	BTG INFRA B	IPCA+6%
1S2021	↓ -1,21%	1,28%	↑ 9,87%	8,82%	↓ 6,30%	11,41%	↑ 9,57%	7,97%	↑ 7,03%	6,83%
jul/21	-0,42%	0,03%	-4,31%	-3,99%	-3,49%	-5,80%	5,88%	4,15%	1,18%	1,45%
ago/21	-0,47%	0,15%	-2,46%	-3,25%	-6,07%	-3,82%	0,49%	2,78%	1,32%	1,36%
set/21	0,67%	1,00%	-6,88%	-6,99%	-6,47%	-6,43%	1,66%	1,22%	1,62%	1,65%
out/21	-1,82%	-1,24%	-6,98%	-6,81%	-14,34%	-12,53%	4,08%	9,54%	1,48%	1,74%
nov/21	2,51%	2,50%	0,24%	-1,69%	-2,87%	-2,29%	-3,07%	-2,70%	1,76%	1,44%
dez/21	0,81%	0,79%	3,07%	3,14%	0,33%	3,80%	5,24%	3,46%	1,00%	1,22%
2S2021	↓ 1,23%	3,23%	↑ -16,47%	-18,36%	↓ -29,22%	-24,79%	↓ 14,84%	19,48%	↓ 8,64%	9,20%
2021	↓ 0,00%	4,55%	↑ -8,23%	-11,16%	↓ -24,76%	-16,21%	↓ 25,84%	29,00%	↓ 16,28%	16,66%

Fonte: Quantum

FUNDO	VINCI SELECTION	ITAÚ PRIVATE	MOAT CAPITAL FIC FIA	IBOVESPA FECHAMENTO	LACAN FLORESTAL	IPCA+8%	BB MULT. GLOBAL SELECT EQUITY	MSCI+3%
1S2021	↑ 6,58%	↓ 6,51%	-	6,55%	↑ 29,69%	7,84%	↓ 9,16%	9,58%
jul/21	-3,77%	-3,94%	-	-3,94%	-0,10%	1,61%	6,75%	4,41%
ago/21	-2,80%	-2,48%	-	-2,48%	-0,32%	1,52%	0,91%	3,03%
set/21	-5,28%	-6,59%	-0,35%	-6,57%	-0,16%	1,81%	2,19%	1,47%
out/21	-8,12%	-	-10,27%	-6,74%	-0,15%	1,90%	6,76%	9,81%
nov/21	-0,64%	-	0,58%	-1,53%	-0,44%	1,60%	-0,80%	-2,46%
dez/21	2,66%	-	4,95%	2,85%	-0,49%	1,38%	4,00%	3,72%
2S2021	↑ -16,97%	↑ -12,50%	↑ -5,61%	-17,33%	↓ -1,65%	10,23%	↓ 21,25%	21,26%
2021	↑ -11,50%	↑ -6,80%	↑ -5,61%	-11,92%	↑ 27,55%	18,87%	↓ 32,35%	32,87%

Fonte: Quantum

Analisando os resultados fundos condominiais, verificamos que a maioria performou abaixo do seu *benchmark*. Percebemos, nesse semestre, a inclusão de um novo fundo

nessa categoria, o fundo Moat Capital FIC FIA com *benchmark* Ibovespa. O acompanhamento da *performance* é feito mensalmente, com visão de investimento de longo prazo.

2.2.6. Rentabilidade das cotas por gestor dos fundos exclusivos

GESTOR	BNYM	BENCH	WESTERN ASSET	BENCH	SANTANDER	WESTERN ASSET	BENCH	FRANKLIN	BENCH
FUNDO	HP ALM	IPCA + 4,5%	FUNDO SC III	97% IMA-S + 3% IMA-B	FUNDO CMA I	FUNDO CMA III	IMA-S + 1,5%	FUNDO AÇÕES II	IBrX-100
1S2021	↑ 6,91%	6,07%	↓ 0,10%	1,15%	↓ -0,47%	↓ 0,21%	2,00%	↑ 9,93%	8,82%
jul/21	1,18%	1,33%	0,14%	0,43%	0,06%	-0,02%	0,58%	-4,00%	-3,99%
ago/21	1,30%	1,24%	0,13%	0,40%	0,12%	0,12%	0,57%	-3,26%	-3,25%
set/21	1,60%	1,53%	0,45%	0,47%	0,68%	0,37%	0,62%	-6,95%	-6,99%
out/21	1,39%	1,62%	0,11%	0,48%	-0,47%	0,23%	0,70%	-6,80%	-6,81%
nov/21	1,72%	1,32%	0,81%	0,70%	1,06%	0,64%	0,74%	-1,65%	-1,69%
dez/21	1,30%	1,10%	9,87%	0,76%	0,69%	0,85%	0,91%	3,31%	3,14%
2S2021	↑ 8,79%	8,43%	↑ 11,68%	3,28%	↓ 2,15%	↓ 2,21%	4,20%	↑ -18,17%	-18,36%
2021	↑ 16,31%	15,01%	↑ 11,80%	4,47%	↓ 1,67%	↓ 2,42%	6,28%	↑ -10,04%	-11,16%

Fonte: Quantum

Com relação aos fundos exclusivos, podemos observar que o gestor Western Asset, no fundo CM III apresentou retorno abaixo ao seu respectivo *benchmark*, assim como o fundo CMA I gerido pelo Santander. Os demais fundos HP ALM, SC III e o Fundo de Ações II superaram seus respectivos *benchmarks*.

2.2.7. Rentabilidade das cotas por perfil e por plano

Plano HP

PERFIL	HP									
	ALM	IGP-DI + 4,50% a.a.	Super Cons.	IPCA + 4,00% a.a	Conservador	IPCA + 4,79% a.a	Moderado	IPCA + 5,09% a.a	Agressivo	IPCA + 5,71% a.a
1S2021	↓ 6,71%	16,81%	↓ 0,06%	5,82%	↓ 1,50%	6,22%	↓ 2,66%	6,37%	↓ 3,29%	6,69%
jul/21	1,16%	1,82%	0,07%	1,29%	-0,37%	1,35%	-0,70%	1,38%	-0,98%	1,43%
ago/21	1,28%	0,23%	0,10%	1,20%	-0,26%	1,26%	-0,45%	1,29%	-0,94%	1,34%
set/21	1,61%	-0,18%	0,45%	1,49%	-0,16%	1,56%	-0,49%	1,58%	-1,23%	1,63%
out/21	1,40%	1,97%	0,06%	1,58%	-0,60%	1,65%	-1,03%	1,67%	-1,77%	1,72%
nov/21	1,71%	-0,21%	0,79%	1,28%	0,28%	1,34%	0,14%	1,37%	-0,15%	1,42%
dez/21	1,42%	1,62%	1,00%	1,06%	1,49%	1,12%	2,04%	1,15%	1,68%	1,20%
2S2021	↑ 8,89%	5,33%	↓ 2,48%	8,17%	↓ 0,36%	8,58%	↓ -0,51%	8,73%	↓ -3,38%	9,05%
2021	↓ 16,20%	23,04%	↓ 2,54%	14,46%	↓ 1,87%	15,33%	↓ 2,14%	15,66%	↓ -0,20%	16,35%

Fonte: Sistema Previdencial da Entidade - TRUST

Plano DXC

PERFIL	DXC							
	Super Cons.	IPCA + 4,00% a.a	Conservador	IPCA + 4,79% a.a	Moderado	IPCA + 5,09% a.a	Agressivo	IPCA + 5,71% a.a
1S2021	↓ 0,06%	5,82%	↓ 1,53%	6,22%	↓ 2,67%	6,37%	↓ 3,24%	6,69%
jul/21	0,06%	1,29%	-0,35%	1,35%	-0,71%	1,38%	-0,93%	1,43%
ago/21	0,12%	1,20%	-0,31%	1,26%	-0,45%	1,29%	-0,89%	1,34%
set/21	0,46%	1,49%	-0,14%	1,56%	-0,48%	1,58%	-1,09%	1,63%
out/21	0,08%	1,58%	-0,62%	1,65%	-1,04%	1,67%	-1,80%	1,72%
nov/21	0,79%	1,28%	0,27%	1,34%	0,17%	1,37%	-0,14%	1,42%
dez/21	0,94%	1,06%	1,75%	1,12%	1,63%	1,15%	1,77%	1,20%
2S2021	↓ 2,46%	8,17%	↓ 0,59%	8,58%	↓ -0,91%	8,73%	↓ -3,08%	9,05%
2021	↓ 2,52%	14,46%	↓ 2,13%	15,33%	↓ 1,74%	15,66%	↓ 0,06%	16,35%

Fonte: Sistema Previdencial da Entidade - TRUST

Plano +Valor

Plano	+Valor	IPCA + 4,53% a.a
1S2021	↓ 1,15%	6,09%
jul/21	-0,36%	1,33%
ago/21	-0,18%	1,24%
set/21	-0,28%	1,53%
out/21	-0,57%	1,62%
nov/21	0,24%	1,32%
dez/21	1,52%	1,10%
2S2021	↓ 0,35%	8,44%
2021	↓ 1,51%	15,05%

Fonte: Sistema Previdencial da Entidade - TRUST

Em relação aos perfis de investimentos oferecidos pela Entidade, notamos que todos eles ficaram abaixo de suas metas ao final do segundo semestre.

2.3. CONCLUSÃO E MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

No capítulo **Investimentos** estão relatados os principais pontos do processo de investimento e dos ativos: sua composição, seus limites, seus riscos. O que aqui não está objetivamente descrito foi analisado nos documentos que fazem parte integrante deste relatório. Destaque para concentração nas aplicações de menor risco, prefixadas, títulos públicos que facilitam a gestão dos negócios.

Desta forma, com base nas informações analisadas, este Conselho conclui que a gestão dos recursos garantidores está enquadrada e aderente à legislação vigente e as Políticas de Investimentos, além disso, ficou evidenciado que a Diretoria Executiva monitora e acompanha seus resultados.

Não são necessárias recomendações, referente a este item, ao Conselho Deliberativo e à Diretoria Executiva para o segundo semestre de 2021.

Contudo, este Conselho Fiscal manterá sua atenção e monitorará o seguinte ponto:

- As movimentações e evolução do desenquadramento passivo no segmento exterior nos perfis Moderado - HP e Agressivo - HP e DXC, no próximo semestre. Ponto de Atenção e Monitoramento nº M.2.2.1.>1/2S2021.

3. ATUARIAL

3.1. PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social da Entidade é composto por duas variáveis, o Patrimônio de Cobertura do Plano e os Fundos. Este Conselho Fiscal verificou, por meio dos balancetes consolidados, os saldos do patrimônio social, do patrimônio de cobertura do plano e dos fundos da Entidade no exercício de 2021.

Ao final do segundo semestre, posição dezembro, foram apresentados os seguintes valores e sua variação em relação ao final do segundo semestre de 2020, posição dezembro.

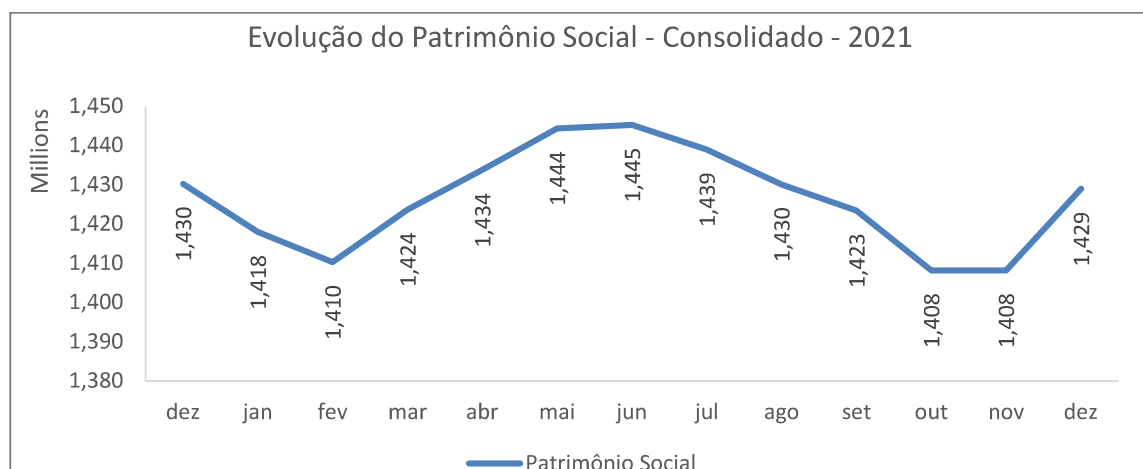
PATRIMÔNIO SOCIAL - VALUE PREV			
Conta	Posição 2020	Posição 2021	Variação
	R\$	R\$	%
Patrimônio social	1.430.220.304	1.428.948.825	-1,1%
Fundos	14.013.924	14.693.437	4,8%
Previdenciais	9.922.361	11.242.439	13,3%
Administrativos	4.091.563	3.450.998	-15,7%
Investimentos	-	-	-
Patrimônio de cobertura do Plano	1.416.206.380	1.414.255.388	-0,1%

Fonte: Balancete Consolidado - 12.2020 e 12.2021 - Value Prev

3.1.1. Evolução do Patrimônio Social

A evolução apresentada pelo Patrimônio Social da Entidade, no exercício de 2021, foi de aproximadamente 0,1% negativa, equivalente a cerca de 1 milhão, quando comparamos os meses de dezembro de 2020 e dezembro de 2021.

Assim, em dezembro de 2021 o Patrimônio Social apresentava cerca de R\$ 1.429 milhões.

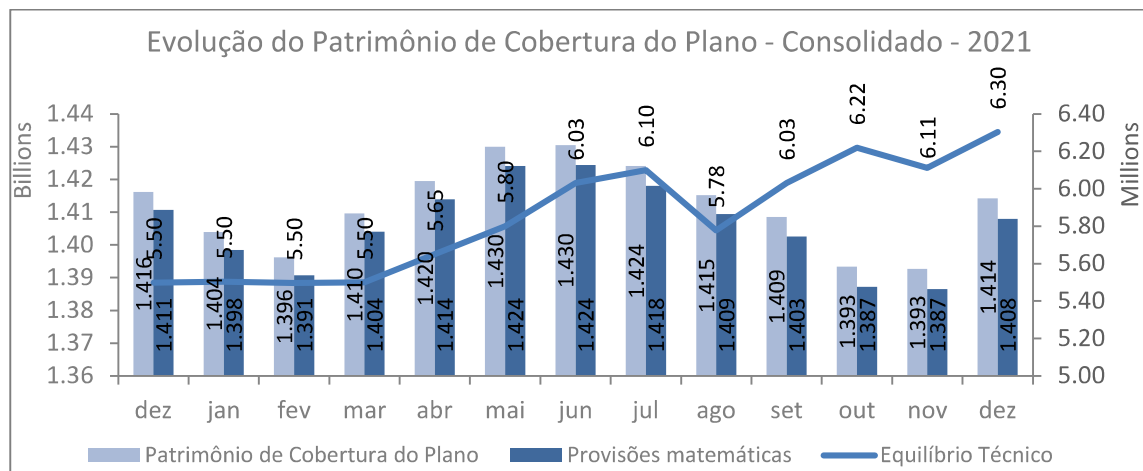


Fonte: Balancete Consolidado - mensal - 12.2020 e 2021 - Value Prev

3.1.2. Evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano

O Patrimônio de Cobertura do Plano é constituído pelas Provisões Matemáticas e Equilíbrio Técnico. As Provisões Matemáticas são os compromissos da Entidade em relação aos seus participantes, o que corresponde à soma de benefícios concedidos e a conceder. Já o Equilíbrio Técnico demonstra os resultados realizados, ou seja, superávit/déficit técnico acumulado.

O patrimônio de cobertura do plano, consolidado, da Entidade evoluiu da seguinte forma durante o exercício.

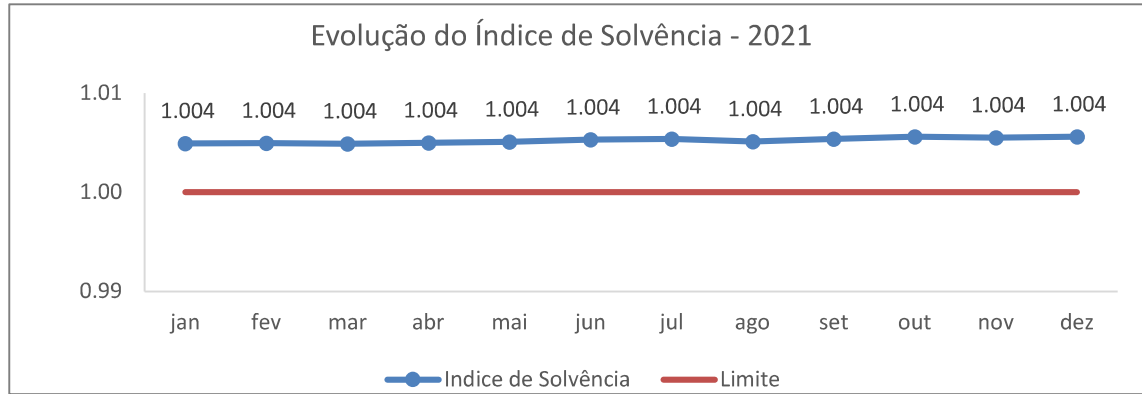


Fonte: Balancete Consolidado - mensal - 12.2020 e 2021 - Value Prev

Ao final do semestre, o plano consolidado apresentava aproximadamente R\$ 1.414 bilhões de patrimônio de cobertura do plano, demonstrando uma evolução negativa, mas superior às provisões matemáticas de R\$ 1.408 bilhões apurando um superávit técnico de cerca de R\$ 6,30 milhões.

3.1.3. Solvência

A Solvência de um plano é definida pelo patrimônio de cobertura do plano dividido pelas provisões matemáticas, que representa a capacidade que os recursos do plano têm de fazer frente às provisões matemáticas e gerar um excedente (superávit) ou apresentar carência de valores para sua cobertura (déficit). O acompanhamento da solvência é de fundamental relevância para avaliar a capacidade de pagamento das obrigações assumidas pelos planos de benefícios definidos, e estabelecer correções de rotas, sejam através de revisão nas contribuições, revisão na Política de Investimentos ou revisão da aderência das hipóteses atuariais.



De acordo com as informações apuradas por meio dos balancetes consolidados, durante o exercício de 2021, os planos administrados pela Entidade encontram-se solventes e equilibrados no que diz respeito aos seus compromissos junto aos seus participantes.

Conforme gráfico acima, os índices de solvência estão sempre acima a 1,00 o que quer dizer que existem valores para cobertura dos compromissos do plano suficientes para cobrir as provisões matemáticas no intervalo.

3.2. AVALIAÇÃO ATUARIAL

Durante o segundo semestre de 2021, foi iniciada a Avaliação Atuarial do exercício de 2021, válida para o exercício de 2022. Desta forma, as informações referentes aos resultados obtidos nesta avaliação serão demonstradas no relatório de manifestação do Conselho Fiscal do primeiro semestre de 2022. Os resultados, plano de custeio e demais informações, válidas para este exercício, cujos estudos iniciaram no segundo semestre de 2020, e foram aprovados durante primeiro semestre de 2021.

3.3. CONCLUSÃO E MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

No capítulo **Atuarial** estão relatados a evolução do patrimônio de cobertura do plano, os resultados do plano, assim como os resultados da avaliação atuarial e plano de custeio válidas para o ano vigente, além de demais assuntos relevantes para o tema.

Os resultados apurados ao final do semestre são superavitários e os planos encontram-se solventes.

Desta forma, com base nas informações analisadas este Conselho conclui que a gestão do passivo está enquadrada e aderente à legislação vigente e aos perfis dos planos, além disso, ficou evidenciado seu monitoramento e acompanhamento.

Não são necessárias recomendações, referente a este item, ao Conselho Deliberativo e à Diretoria Executiva para o segundo semestre de 2021.

Contudo, este Conselho Fiscal mantém o ponto de atenção e monitoramento elaborado no RMCF1S2020, relacionado a recomendação efetuada pelo atuário sobre a necessidade de alteração do Regulamento do plano de benefícios HP, previsto para conclusão no próximo semestre.

4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os valores apresentados neste item foram obtidos do orçamento geral para o ano de 2021 e dos balancetes consolidados do segundo semestre.

4.1. ANÁLISE DOS RESULTADOS ORÇADOS VERSUS REALIZADOS

Analisando os componentes do resultado de forma mais detalhada, pode-se observar que as adições e deduções foram maiores que as estimadas. As despesas administrativas também fecharam o semestre acima do orçado.

Os acompanhamentos do orçamento são elaborados mensalmente com reportes aos Conselhos Deliberativo e Fiscal em suas reuniões ordinárias.

4.1.1. Gestão Previdencial

GESTÃO PREVIDENCIAL	2021		
	Orçado	Realizado	Varição
ADIÇÕES PREVIDENCIAIS	29.371.932	100.057.708	241%
DEDUÇÕES PREVIDENCIAIS	71.084.753	129.444.566	82%

Fonte: Acompanhamento Orçamento - Value Prev

No acompanhamento orçamentário da gestão previdencial percebemos tanto as adições como as deduções fecharam o semestre acima de seus valores orçados. Segundo a Entidade o aumento das adições é devido a transferência entre planos, muitos participantes desligados optaram em portar os recursos para o Plano +Valor, e com essa transferência aumentou também o fluxo das deduções previdenciais.

4.1.2. Gestão Administrativa

GESTÃO ADMINISTRATIVA	2021		
	Orçado	Realizado	Varição
ADMINISTRAÇÃO DOS PLANOS PREVIDENCIAIS	4.949.392	5.386.918	9%
PESSOAL E ENCARGOS	2.879.996	2.952.863	3%
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	90.000	12.331	-86%
VIAGENS E ESTADIAS	6.000	-	-100%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.391.200	1.694.913	22%
DESPESAS GERAIS	284.430	248.248	-13%
TAXAS TRIBUTOS E ENCARGOS	297.766	358.985	21%
DESPESAS COM FOMENTO	-	119.577,00	100%

Fonte: Acompanhamento Orçamento - Value Prev

Em relação às despesas administrativas houve uma extrapolação do total realizado de 9% em relação ao total orçado para o exercício.

De acordo com as justificativas da Entidade as despesas ficaram acima do orçado principalmente pelo aumento dos gastos com serviços de terceiros, em especial o relacionados aos serviços de TI e pelo aumento dos tributos devido ao aumento da base

para recolhimento de PIS, COFINS e TAFIC. Além dos gastos com despesas de fomento não orçados para 2021.

4.2. INDICADORES DE GESTÃO

Os indicadores de gestão devem possibilitar a avaliação da relação entre a necessidade e adequação dos gastos com os resultados obtidos, permitindo a Entidade realizar ajustes no decorrer do ano e ainda evitar gastos desnecessários ou excessivos. Além disso, a Entidade deve também monitorar e acompanhar o limite anual de recursos destinados pelo conjunto dos planos de benefícios para o plano de gestão administrativa, conforme determina a Resolução CGPC nº 29/2009.

Os indicadores foram aprovados pelo Conselho Deliberativo por ocasião da elaboração do orçamento da Entidade, em 12/2020 e acompanhados mensalmente pela Entidade.

Ao final segundo semestre de 2021 os indicadores de gestão apresentaram os seguintes resultados.

INDICADORES DE GESTÃO	ACUMULADO /ANO 2021	META CONSELHO	VARIAÇÃO ACUMULADO X META CONSELHO
1- DESPESAS ADM / ATIVO	0,38%	0,33%	14%
2- DESPESAS ADM / FLUXO PREVIDENCIAL	5,62%	7,66%	-29%
3- DESPESAS ADM / CONTRIBUIÇÕES	14,82%	17,13%	-4%
4- CUSTO MÉDIO / PARTICIPANTE	1.678,40	1.654,91	1%
5- DESPESAS ADM / RECURSOS GARANTIDORES	0,38%	0,33%	15%

Fonte: Indicadores de Gestão 2021 - Value Prev

Quando analisamos os resultados dos indicadores de gestão definidos pela Entidade para no fechamento do segundo semestre, notamos que o indicador de custo médio por participante fechou acima da meta estabelecida, assim como as despesas administrativas sob os ativos e sob os recursos garantidores, fato esse vinculado ao valor realizado das despesas acima do previsto já justificado no item anterior.

Os indicadores relacionados à Resolução CGPC nº 29/2009 ficaram abaixo dos limites estabelecidos pela legislação. Atualmente a Entidade não cobra taxa de carregamento, se tratando apenas de um indicador e acompanhamento previsto na legislação e a taxa administrativa é descontada da rentabilidade da cota.

INDICADORES - RESOLUÇÃO CGPC N° 29/09	ACUMULADO 2021	LIMITE
1- TAXA ADMINISTRATIVA	0,32%	1,00%
2- TAXA DE CARREGAMENTO	4,78%	9,00%

Fonte: Indicadores de Gestão 2021 - Value Prev

4.3. CONCLUSÃO E MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

No capítulo **Execução Orçamentária** estão descritos os resultados realizados, seus principais desvios e suas justificativas, assim como as análises dos indicadores de gestão e enquadramento dos limites de transferência do PGA.

A realização dos eventos, por vezes, ocorre em cenário diferente da situação analisada à época do orçamento. Fica sempre a preocupação de procurar ficar o mais próximo das variações futuras. Importante destacar o acompanhamento mensal pelos órgãos de governança.

Desta forma, com base nas informações analisadas este Conselho conclui que a gestão orçamentária está aderente ao previsto, e ficou evidenciado seu monitoramento e acompanhamento.

Não são necessárias recomendações, referente a este item, ao Conselho Deliberativo e à Diretoria Executiva para o segundo semestre de 2021.

Contudo, este Conselho Fiscal manterá sua atenção e monitorará o seguinte ponto:

- Evolução e andamento das ações realizadas pela Entidade para a adequação dos processos e controle orçamentário às exigências da Resolução CNPC n° 48/2021. Ponto de Atenção e Monitoramento n° M.4.>1/2S2021.

5. GESTÃO DA ENTIDADE

5.1. ESTRUTURA DA ENTIDADE

Ao final do segundo semestre de 2021 a Entidade apresentava a seguinte estrutura.

Órgão Estatutário	Nome	Cargo	Mandato	
			Início	Término
Conselho Fiscal	Maurício Becker	Presidente	06/04/2021	05/04/2024
	Adriano Fernandes da Silva	Suplente	06/04/2021	05/04/2024
	Daniel Meira Cardoso Duva	Efetivo	06/04/2021	05/04/2024
	Honório Ryoza Yano	Efetivo	06/04/2021	05/04/2024
	Rodrigo Mancini Astray	Suplente	06/04/2021	05/04/2024
Conselho Deliberativo	Alberto Hiroshi Okawa	Presidente	06/04/2021	05/04/2024
	Miguel Prada Galvão	Vice-presidente	06/04/2021	05/04/2024
	Ivo Romani	Suplente	06/04/2021	05/04/2024
	Marli Aparecida Fioravante Machado	Efetivo	06/04/2021	05/04/2024
	Raphael Gandolfo Costa	Suplente	06/04/2021	05/04/2024
Diretoria Executiva	Clodoaldo Rodrigues Albuquerque	Diretor Superintendente	06/04/2021	05/04/2024
	Abdiel Melo Silva	Diretor de Segurança	06/04/2021	05/04/2024
	Deborah Gattai Anderaos Delfim	Diretora de Relações Institucionais	06/04/2021	05/04/2024
	João Carlos Ferreira	Diretor Financeiro AETQ e ARPB	06/04/2021	05/04/2024
	Luciana Rodrigues da Silva David	Diretora Administrativa	01/10/2021	05/04/2024

Fonte: Relatório de Dirigentes 2S2021 - Site PREVIC / Controle Certificação - Value Prev

5.2. CERTIFICAÇÕES

A Resolução CNPC nº 39 de 30/03/2021, passou a definir todas as exigências para os processos de certificação, de habilitação e de qualificação dos dirigentes e demais profissionais diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos das EFPC.

Dentre as principais exigências estabelecidas pela Resolução, estão a certificação para o exercício dos cargos e funções dos membros da diretoria-executiva, do conselho fiscal, do conselho deliberativo, dos comitês de assessoramento, que atuem na avaliação e aprovação de investimentos, e demais empregados da entidade diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos.

Exige-se que a maioria dos membros dos conselhos deliberativo e fiscal, quando as entidades não forem classificadas como ESI e não estiverem sujeita à Lei Complementar nº 108/2001, e todos os da diretoria-executiva estejam certificados no prazo de um ano, quando se tratar do segundo mandato, a contar de sua posse, com exceção do AETQ e demais empregados diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos, que deverão estar certificados previamente ao exercício dos respectivos cargos, com certificação específica para profissionais de investimento. Contudo, o prazo

de um ano, de que trata o § 1º do artigo 5º desta Resolução, somente pode ser concedido ao dirigente uma única vez para o mesmo mandato, incluída a recondução.

Ainda em relação a este assunto verifica-se na Instrução Normativa PREVIC nº 41/2021, a não exigibilidade da emissão de atestado de habilitação para os membros dos conselhos fiscal e deliberativo das EFPC que não sejam classificadas como ESI, como é o caso do Entidade.

Ao final do segundo semestre, a Entidade apresentava a seguinte situação com relação a certificação dos membros dos órgãos estatutários e comitê de investimentos.

Órgão Estatutário	Nome	Mandato Início	Habilitação	Certificação	Tipo	Validade do Certificado
	Mauricio Becker	06/04/2021	n/a	em andamento	no prazo legal	
	Adriano Fernandes da Silva	06/04/2021	n/a	não	-	-
Conselho Fiscal	Daniel Meira Cardoso Duva	06/04/2021	n/a	sim	ICSS-ADM	16/10/2022
	Honório Ryoza Yano	06/04/2021	n/a	sim	ICSS-ADM	14/09/2023
	Rodrigo Mancini Astray	06/04/2021	n/a	sim	ICSS-ADM	14/10/2022
	Alberto Hiroshi Okawa	06/04/2021	n/a	sim	ICSS-ADM	10/08/2024
	Miguel Prada Galvão	06/04/2021	n/a	sim	ICSS-ADM	31/10/2022
Conselho Deliberativo	Ivo Romani	06/04/2021	n/a	não	-	-
	Marli Aparecida Fioravante Machado	06/04/2021	n/a	sim	ICSS-ADM	04/11/2024
	Raphael Gandolfo Costa	06/04/2021	n/a	em andamento	fora do prazo legal - reeleito	
	Clodoaldo Rodrigues Albuquerque	06/04/2021	sim	sim	ICSS-ADM	04/03/2024
Diretoria Executiva	Abdiel Melo Silva	06/04/2021	sim	sim	ICSS-ADM	29/03/2024
	Deborah Gattai Anderaos Delfim	06/04/2021	sim	sim	ICSS-ADM	21/10/2022
	João Carlos Ferreira	06/04/2021	sim	sim	ICSS - INV	22/09/2022
				sim	ICSS-ADM	28/09/2023
	Luciana Rodrigues da Silva David	01/10/2021	em andamento	em andamento	no prazo legal	

Fonte: Relatório de Dirigentes 2S2021 - Site PREVIC / Controle Certificação - Value Prev

No encerramento do segundo semestre identificamos que a maioria dos membros do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal estavam certificados. Na Diretoria Executiva, a maioria dos membros encontravam-se certificados e um deles em andamento, mas dentro do prazo legal e com relação a habilitação um dos membros estava em processo de habilitação, com a efetivação em 2022. Desta forma, tanto os Conselhos Deliberativo e Fiscal quanto a Diretoria Executiva enceraram o semestre em conformidade com a legislação.

No Comitê de Investimentos os membros encontravam-se certificados ao final do semestre, e com certificação com ênfase em investimentos, conforme exigido pela legislação.

Órgão Colegiado	Nome	Cargo	Certificação	Tipo	Validade do Certificado
Comitê de Investimentos	João Carlos Ferreira	Presidente-AETQ	sim	ICSS - INV	22/09/2022
	Everaldo Guedes de Azevedo França	Membro - CEO PPS Portfolio Performance	-	-	-
	Everson Alvarenga	Membro - Analista de Investimentos	sim	ICSS - INV	24/09/2022
	Marcia Castro Oliveira	Suplente - Analista Financeira	sim	ICSS - INV	13/12/2023

Fonte: Controle Certificação - Value Prev

Além disso, de acordo com a Resolução CNPC nº 39 de 03/2021, em seu art. 5º parágrafo 4º, exige que o AETQ, demais dirigentes e profissionais da entidade diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos devem possuir certificação específica para profissionais de investimento. Com base nas informações apresentadas anteriormente constatamos que o AETQ e demais colaboradores vinculados ao processo de investimentos possuem certificação específica em investimentos.

5.2.1. Qualificação

A Resolução CNPC nº 39 de 30/03/2021, define em seu art. 8 que o relatório de controles internos emitido pelo conselho fiscal deverá registrar a conformidade da EFPC em relação ao processo de certificação, habilitação e qualificação.

Sendo assim, apresentamos a seguir o quadro com o acompanhamento da qualificação, ou seja, pontuação, obtida pelos membros da Diretoria Executiva, dos Conselhos Deliberativo e Fiscal até o final do segundo semestre.

Órgão Estatutário	Nome	Tipo	Data da Certificação	Pontuação Acumulada	Pontuação que deve ser acumulada por ano	Pontuação faltante ou excedente
				Posição 2S2021	até 2S2021	Posição 2S2021
Conselho Fiscal	Daniel Meira Cardoso Duva	ICSS-ADM	16/10/2019	<u>126,4</u>	48	78
	Honório Ryozyo Yano	ICSS-ADM	14/09/2020	52,8	24	29
	Rodrigo Mancini Astray	ICSS-ADM	14/10/2019	48	48	0
Conselho Deliberativo	Alberto Hiroshi Okawa	ICSS-ADM	10/08/2021	0	0	0
	Miguel Prada Galvão	ICSS-ADM	31/10/2019	<u>92,8</u>	48	45
	Marli Aparecida Fioravante Machado	ICSS-ADM	04/11/2021	0	0	0
Diretoria Executiva	Clodoaldo Rodrigues Albuquerque	ICSS-ADM	04/03/2021	48	24	24
	Abdiel Melo Silva	ICSS-ADM	29/03/2021	0	0	0
	Deborah Gattai Anderaos Delfim	ICSS-ADM	21/10/2019	28	48	-20
	João Carlos Ferreira	ICSS - INV	22/09/2019	<u>232</u>	48	184
Comitê de Investimentos		ICSS-ADM	28/09/2020	<u>74,4</u>	24	50
	Everson Alvarenga	ICSS - INV	24/09/2019	<u>138</u>	48	90
	Marcia Castro Oliveira	ICSS - INV	13/12/2020	46	24	24

Fonte: Controle Certificação - Value Prev

Nota 1: Para a recertificação o ICSS exige o mínimo de 72 pontos, integralizados no período de três anos. O não cumprimento da totalidade de pontos exigida acarretará a impossibilidade de renovação da certificação por meio do PEC - Programa de Educação Continuada, de modo que o profissional interessado em se manter certificado pelo ICSS, terá que dar entrada em um novo processo de certificação. Neste período de três anos, deve ser integralizado o mínimo de 24 pontos a cada período de um ano, a partir da data da concessão da Certificação.

Nota 2: O cálculo da pontuação excedente ou faltante foi realizado levando em consideração o período de um ano decorrido da data de certificação, com mínimo de 24 pontos por ano.

Com base nos dados apresentados, notamos que dos onze membros certificados sete fecharam o segundo semestre com pontuação acima da mínima para o período decorrido de cada membro, sendo que o membro da Diretoria Executiva, João Carlos Ferreira, fechou acima da pontuação requerida para os seus dois certificados.

Três dos membros (Alberto Hiroshi Okawa - CD, Marli Aparecida Fioravante Machado - CD e Abdiel Melo Silva - DE) estavam dentro do indicado para o período, pois tem até agosto, novembro e março de 2022, respectivamente para completar 24 pontos, contudo não apresentaram nenhuma pontuação ao final do semestre.

No caso da diretora Deborah Gattai Anderaos Delfim - DE ela fechou abaixo da pontuação mínima requerida para período decorrido, embora ela tenha até outubro de 2022 para completar os 72 pontos para a recertificação não atingiu o mínimo de 24 pontos por ano, o que pode impossibilitar a renovação por meio de PEC e conseqüentemente a perda da certificação, desenquadrando a Entidade em relação ao que exige a legislação.

Caso não seja possível a renovação da certificação por meio de PEC, será necessário a realização de uma nova prova para a emissão do certificado e até que isso ocorra a Entidade ficará desenquadrada às exigências da legislação, uma vez que toda a Diretoria Executiva deve estar certificada e habilitada para exercício de seu mandato.

Além dos membros dos órgãos estatutários temos os membros do Comitê de Investimentos e nesse caso a colaboradora a Marcia Castro Oliveira e Everson Alvarenga, apresentavam pontuação acima da mínima requerida para o período de análise.

5.3. AMBIENTE DE CONTROLE

A Resolução CGPC nº 13/2004, trouxe para o âmbito das EFPC princípios, recomendações e obrigações para a prática de governança corporativa, que agregam valor ao resultado e convergem para adoção de um comportamento ético.

Cabe a Entidade adotar gestão de riscos e controles internos e princípios, regras e práticas de governança (relações entre órgãos estatutários da EFPC com participantes, assistidos, patrocinadores, instituidores, fornecedores de produtos e serviços, autoridades e outras

partes interessadas) adequados ao porte, complexidade e riscos inerentes ao plano de benefícios por ela operados, de modo a assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos.

Com o objetivo de assegurar aos participantes equidade, transparência, responsabilidade pelos resultados e obediência às leis do país, nós do Conselho Fiscal juntamente com o Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva participamos da apresentação, análise e discussão das demonstrações contábeis e dos pareceres da auditoria, reavaliação atuarial além das notas explicativas, gestão de recursos e dos passivos, aprovados e registrados em atas e mantidos à disposição para consulta na Entidade.

5.4. AVALIAÇÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Os trabalhos de definição conceitual, identificação e avaliação de riscos e controles foram implementados e, por consequência, apresentadas as matrizes de riscos da Entidade.

Está instituído o processo de gestão de riscos e controles internos com geração Matriz de Riscos e Controles em sistema que facilita a atualização e o acompanhamento da implementação dos planos, com avaliações bianuais.

Em novembro/2020 foi encerrado o 5º Ciclo de Avaliação dos Riscos e Controles Internos da Entidade, e com base nos resultados do 5º Ciclo de Avaliação foram recomendados os seguintes controles.

A Entidade se posicionou para cada uma das recomendações ao final do segundo semestre de 2021.

➤ **práticas de relacionamento com os fornecedores e terceiros,**

COMENTÁRIOS DA DIRETORIA EXECUTIVA

"A Value Prev dispõe de dois importantes instrumentos para a contratação de seus fornecedores: Manual de Fornecedores e Política de Alçadas. Neles são definidos os critérios e orientações quanto aos procedimentos, atitudes e comportamentos a serem adotados nos processos de contratação e Gestão de Prestadores de Serviços.

A Value Prev faz a avaliação dos seus fornecedores em duas etapas, sendo:

1. Contratação de Fornecedores

1.1. processo de cotação, através do RFQ (Request for Quotation)

1.2. Due-Dilligence: por meio de atos investigativos que devem ser realizados antes de uma operação empresarial

1.2.1 São analisados: matrícula no INSS; certidões negativas de débitos do INSS, FGTS, ISS, IRRF, sindicatos patronais, Judiciário; Estatuto ou Contrato Social; inscrições no CNPJ, inscrição Estadual e Municipal; Alvará de licença e funcionamento; Análise de capacidade técnica para a execução das atividades (registro no CRC; registro no IBA; registro na CVM; currículo dos profissionais; dentre outros).

1.3 Atendimento da Política de Alçadas;

1.4 Elaboração de contrato e/ou revisão de contrato pelo Jurídico da Entidade.

2. Condução dos Trabalhos

2.1 A Value Prev aloca um Administrador para a governança do contrato com o fornecedor;

2.2 Avalia a condução e entrega dos produtos e/ou serviços mensalmente;

2.3 Aprova ou não a cobrança/fatura do fornecedor;

2.4 Solicita anualmente a atualização de documentos como: certidões negativas de débitos do INSS, FGTS, ISS, IRRF, sindicatos patronais, Judiciário.

2.5 O Administrador do contrato emite um parecer aos Diretores quanto ao andamento dos trabalhos, em relação ao acordo, metas traçadas e resultado da situação do fornecedor perante outros órgãos e mercado.

Notas:

- Todos estes procedimentos são aplicados para: consultoria atuarial, contábil, financeira, de riscos, gestores de investimentos, agentes custodiantes, fornecedores de software/hardware, jurídico, comunicação, dentre outros.
- Até o presente momento, não utilizamos um formulário específico de Avaliação de Fornecedores, contudo, seguimos o processo de avaliação periodicamente conforme descrito acima.

➤ práticas de tecnologia da informação;

COMENTÁRIOS DA DIRETORIA EXECUTIVA

"A Value Prev faz revisões periódicas quanto aos procedimentos e práticas ligadas à tecnologia da informação. Praticamente todos os seus processos dependem de empresas terceiras especializadas e para isto necessita de controles robustos e práticas que protejam seus dados e mantenham seus níveis de serviço. A maior parte dos contratos com terceiros foram revisados para que existam regras de SLA (Service Level Agreement). Em caso de desvios, penalidades serão aplicadas. Grande parte das informações geridas pela Entidade

devem ser guardadas por prazo indeterminado. Todos os processos e informações estão mapeados e farão parte da documentação da “Política de Segurança da Informação”, que deverá ser concluída em meados de Junho/2022. Este trabalho de compilação está sendo desenvolvido pela equipe da Value Prev em parceria com uma consultoria externa, Cybersys.”

➤ **instruções escritas de gestão de pessoas.**

COMENTÁRIOS DA DIRETORIA EXECUTIVA

“A Value Prev dispõe de dois instrumentos importantes na gestão de pessoas, sendo:

a) Manual de Gestão de Pessoas;

b) Processo de Avaliação de Desempenho - FPR (Focal Point Review).

Todos os funcionários têm acesso a este manual, sendo um instrumento que tem por objetivo orientar os gestores, empregados e estagiários quanto às diretrizes, normas e procedimentos, para o processo de Gestão de Pessoas e para execução de atividades específicas que deverão ser observados no ambiente de trabalho.

No Manual de Gestão de Pessoas estão contidos fundamentos que garantem o tratamento justo para os colaboradores e a profissionalização do corpo funcional da Entidade.

Adicionalmente, em relação às regras de capacitação, desenvolvimento e treinamentos, estas são revisadas periodicamente com cada colaborador pelo seu líder direto, através do processo de Avaliação de Desempenho.

Com relação à definição de cargos e critérios de sucessão, a Diretoria está no processo de elaboração de proposta para que seja inserido este capítulo no Manual de Gestão de Pessoas, tendo como expectativa de conclusão até 1º sem/2022.

Notas:

- Sobre as definições de funções e critérios de sucessão dos Diretores, vide Estatuto Social e Regimento Interno da Diretoria Executiva. No Regimento Interno, em seu art. 5º, temos a descrição das seguintes funções de Diretores: I - Diretor Superintendente; II - Diretor Financeiro; III - Diretor de Seguridade, IV - Diretor de Relações Institucionais e V - Diretor Administrativo, conforme Regimento Interno da Diretoria, em seu Art. 5º;*
- Sobre as definições de funções dos funcionários da Value Prev, tais definições foram reportadas no e-Social da entidade.*

- *Os critérios de sucessão dos funcionários da Value Prev estão sendo elaborados pela Diretoria para inclusão no Manual de Gestão de Pessoas, como mencionado acima. Entretanto, a equipe da Value Prev estabeleceu um processo de rodízio de atividades para a cobertura na ausência de um colaborador.”*

5.5. COMPLIANCE

A Diretoria Executiva da Entidade nos informou que neste semestre todas as obrigações legais foram cumpridas no prazo estabelecido pela legislação.

5.6. CONCLUSÃO E MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

No capítulo **Gestão da Entidade** estão destacadas as estruturas de gestão que dão ênfase e disseminam o ambiente e a cultura organizacional, contribuindo para uma gestão alicerçada em valores e práticas que evitem a realização dos riscos e contribuam para que os objetivos sejam atingidos.

Desta forma, com base nas informações analisadas este Conselho conclui que a gestão da Entidade e seu o ambiente de controle estão adequados ao seu porte e complexidade. Porém, para o ponto em relação a renovação da certificação de um dos membros da Diretoria Executiva manteremos nossa atenção.

Não são necessárias recomendações, referente a este item, ao Conselho Deliberativo e à Diretoria Executiva para o segundo semestre de 2021.

Contudo, este Conselho Fiscal manterá sua atenção e monitorará o seguinte ponto:

- As ações tomadas, pela Diretoria Executiva, em relação a renovação da certificação de um dos seus membros, no próximo semestre, quando na oportunidade, se necessário, recomendará ações para resolução desta pendência. Ponto de Atenção e Monitoramento nº M.5.2.1.>1/2S2021.

6. RESUMO DAS MANIFESTAÇÕES DO CONSELHO FISCAL

O quadro a seguir apresenta o resumo das manifestações emitidas pelo Conselho Fiscal, relativo ao segundo semestre de 2021.

RESUMO DAS MANIFESTAÇÕES DO CONSELHO FISCAL - RMCF 2S2021 - VALUE PREV					
Item analisado no RMCF 2S2021	Subitem	Manifestação	Número da Manifestação	Descrição	Prazo
2.INVESTIMENTOS	2.2.1. Alocação e Concentração	Atenção e Monitoramento	M.2.2.1.>1/2S2021	Manteremos atenção e monitoraremos as movimentações e evolução do desenquadramento passivo no segmento exterior nos perfis Moderado – HP e Agressivo – HP e DXC, no próximo semestre.	RMCF 1S2022
3.ATUARIAL	-	Sem Recomendações	-	Não foram necessárias recomendações ao Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva referente a este item.	-
4.EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-	Atenção e Monitoramento	M.4.>1/2S2021	Manteremos atenção e monitoraremos a evolução e andamento das ações realizadas pela Entidade para a adequação dos processos e controle orçamentário às exigências da Resolução CNPC nº 48/2021.	RMCF 1S2022
5.GESTÃO DA ENTIDADE	5.2.1. Qualificação	Atenção e Monitoramento	M.5.2.1.>1/2S2021	Manteremos atenção e monitoraremos as ações tomadas, pela Diretoria Executiva, em relação a renovação da certificação de um dos seus membros, no próximo semestre.	RMCF 1S2022

Fonte: RMCF 2S2021 - Value Prev

Os prazos estabelecidos na tabela anterior se referem ao relatório que deverá constar a as soluções dadas pela Entidade as recomendações efetuadas pelo Conselho Fiscal.

As manifestações podem ser consultadas na íntegra ao final de cada um dos itens deste relatório.

Neste item serão acompanhadas e monitoradas as manifestações do Conselho Fiscal, quando forem: atenção e monitoramento e recomendação, emitidos em semestres anteriores.

➤ primeiro semestre de 2020

ACOMPANHAMENTO DAS MANIFESTAÇÕES DO CONSELHO FISCAL - RMCF 1S2020 - VALUE PREV					
Item analisado no RMCF 1S2020	Manifestação	Número da Manifestação	Descrição	Prazo	Status RMCF 2S2021
3.ATUARIAL	Atenção e Monitoramento	-	O Conselho <u>manterá sua atenção e monitorará</u> a recomendação efetuada pelo atuário sobre a necessidade de alteração do Regulamento do Plano de Benefícios HP.	RMCF 2S2020	Em andamento , segundo a Entidade a alteração do regulamento está prevista para o próximo semestre. Sendo assim, manteremos este ponto para análise no RMCF 1S2022.
5.GESTÃO DA ENTIDADE	Sem Recomendações, mantida a recomendação do RMCF 2S2019	-	A <u>recomendação</u> efetuada no <u>RMCF1S2019</u> , "Certificar todos os Conselheiros (Fiscal e Deliberativo)", se <u>mantém pertinente para o semestre em análise</u> e será reavaliada no próximo semestre.	RMCF 2S2020	Encerrada , ao final do 2S2021 a Entidade estava enquadrada em relação as exigências da legislação.

Fonte: RMCF 1S2020 - Value Prev

➤ segundo semestre de 2020

ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DAS ANÁLISES DO CONSELHO FISCAL - RMCF 2S2020 - VALUE PREV					
Item analisado no RMCF 2S2020	Manifestação	Número da Manifestação	Descrição	Prazo	Status RMCF 2S2021
5.GESTÃO DA ENTIDADE	Atenção e Monitoramento	-	O Conselho <u>manterá sua atenção</u> , em relação à implementação das recomendações do 5º Ciclo de Avaliação de Riscos e Controles Internos e avaliará seu andamento no próximo semestre.	RMCF 1S2021	Encerrado , ao final do semestre a Entidade se posicionou sobre as recomendações efetuadas e grande parte dos controles já são adotados em seus processos e para aqueles que ainda não são existe a previsão de implementação até meados de 2022.

Fonte: RMCF 2S2020 - Value Prev

➤ primeiro semestre de 2021

ACOMPANHAMENTO DAS MANIFESTAÇÕES DO CONSELHO FISCAL - RMCF 1S2021 - VALUE PREV					
Item analisado no RMCF 1S2021	Manifestação	Número da Manifestação	Descrição	Prazo	Status RMCF 2S2021
2.INVESTIMENTOS	Atenção e Monitoramento	M2.2.3>1/1S2021	O Conselho <u>manterá sua atenção</u> , em relação à alocação em ativos de alto risco de crédito nos planos de benefícios e PGA por meio do fundo de investimentos AZ Quest Luce Master	RMCF 2S2021	Encerrado , conforme explicações dadas no item 2.2.3. deste relatório.

Fonte: RMCF 1S2021 - Value Prev

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.661/2018 e ao artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01/10/04, o Conselho Fiscal averiguou as informações necessárias à sua elaboração e resumiu aqui seus principais pontos.

O presente relatório é encaminhado ao Conselho Deliberativo da Entidade para pronunciamento acerca das determinações e/ou recomendações ora efetuadas e ficará na Entidade à disposição da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

Barueri, 27 de maio de 2022.

DocuSigned by:
Mauricio Becker
E2CCCEB7278284C3...

Mauricio Becker
Presidente

DocuSigned by:
Daniel Meira Cardoso Duva
028CD6E32FEE4AD...

Daniel Meira Cardoso Duva
Conselheiro Efetivo

DocuSigned by:
Honório Ryozo Yano
CFE394C4011E441...

Honório Ryozo Yano
Conselheiro Efetivo

8. DOCUMENTOS ANALISADOS

A seguir demonstramos o resumo das principais informações analisadas para e elaboração deste relatório.

a. Investimentos

- ✓ Políticas de Investimentos dos planos de benefícios e do PGA - 2021
- ✓ Relatórios dos Demonstrativos de Investimentos dos planos de benefícios e do PGA - 2S2021
- ✓ Relatório Mensal // Risco // Performance - 2S2021
- ✓ Relatório Mensal // Gerencial // Performance - 2S2021
- ✓ Relatório de Acompanhamento Risco de Crédito, mensal - 2S2021
- ✓ Carteira Total, mensal - 2S2021
- ✓ Enquadramento EFPC, mensal - 2S2021
- ✓ Rentabilidade dos fundos - 2021

b. Atuarial

- ✓ Regulamento vigente dos Planos de Benefícios
- ✓ Balancetes Consolidados - 2S2021
- ✓ Demonstrativo Estatístico - DSI - 2S2021

c. Execução Orçamentária

- ✓ Regulamento do Plano de Gestão Administrativa - RPGA
- ✓ Balancetes Analíticos dos planos de benefícios e PGA - 2S2021
- ✓ Orçamento geral para o exercício social de 2021
- ✓ Acompanhamento orçamentário - 2S2021
- ✓ Indicadores de Gestão - 2021

d. Gestão da Entidade e Ambiente de Controle

- ✓ Estatuto vigente da Entidade
- ✓ Atas do Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva, Conselho Fiscal - 2S2021
- ✓ Acompanhamento Certificação e habilitação - 2S2021
- ✓ Relatório Dirigentes - 2S2021.

DS
DMCD

DS
MB

DS
HRU